

FALTA AOS EUA UMA GRANDE ESTRATÉGIA É PRECISO MAIS IMAGINAÇÃO QUANTO AO DESTINO DA ECONOMIA MUNDIAL

MARCELO DE PAIVA ABREU

Já antes dos atentados terroristas de setembro eram discutidas as deficiências senão do pensamento estratégico, seguramente da estratégia efetivamente posta em prática pelos EUA. A liderança política em escala global foi exercida de forma débil nos anos noventa, sobre os louros advindos da derrocada da URSS e da vitória na Guerra do Golfo. Do Afeganistão à Chechênia a política dos EUA permaneceu aprisionada nos marcos do mundo bipolar que havia entrado em colapso. No período mais recente, a recusa em assumir a posição de mediador com credibilidade no Oriente Médio reforçou o diagnóstico de *hegemon* omissa. Os mais cínicos chegaram até mesmo a sucumbir à tentação de uma certa nostalgia cartaginesa, de um banzo em relação ao velho mundo bipolar.

No terreno econômico, a postura dos EUA também foi complacente. Não houve novas iniciativas na arena multilateral após a conclusão da Rodada Uruguai, cujos resultados haviam acarretado sérios problemas de implementação, além de perda de credibilidade associada ao deplorável acordo de Blair House com a União Européia que acabou por tornar bastante desdentada a liberalização agrícola. A complacência teve continuidade mesmo após o retumbante fracasso da tentativa de lançamento da Rodada do Milênio, em Seattle, em 1999, que deixou seriamente arranhada a credibilidade da Organização Mundial do Comércio, embora a participação do governo dos EUA no episódio tenha sido muito pouco construtiva. A inércia quanto a reformas na arquitetura do sistema financeiro global foi igualmente notável.

A vulnerabilidade da estratégia puramente militar pós-atentados tornou ainda mais premente a necessidade uma estratégia política abrangente que compensasse as suas deficiências. É neste quadro que se inserem possíveis iniciativas de natureza econômica que possam indicar mudança de postura dos EUA em termos de distribuição dos benefícios econômicos da liberalização, inclusive comercial, e sejam capazes de mobilizar o apoio concreto dos países em desenvolvimento. A despeito das declarações do Executivo dos EUA, a demanda por sinalização quanto à mudança da ênfase da política econômica global norte-americana poderá ser atendida apenas de forma muito imperfeita por resultados mesmo que espetaculares na OMC. A razão é trivial: mesmo no cenário bastante improvável de que resultasse maciça liberalização multilateral, os possíveis prazos de implementação seriam excessivamente longos para que o esforço tivesse qualquer benefício concreto mesmo no médio prazo. Existem ainda outras dificuldades: a postura reiterada das economias desenvolvidas no velho GATT e na OMC tem sido a ênfase na inclusão de novos temas sem que a agenda de assuntos pendentes (*backlog* no jargão genebrino) seja resolvida adequadamente. As negociações que

precederam a reunião ministerial da OMC, que começou ontem em Doha, no Catar, foram de novo marcadas por esta tendência. Há muitos assuntos pendentes relacionados à “velha” agenda: política anti-dumping dos EUA; ajustes ao acordo sobre propriedade intelectual para torna-lo compatível com a defesa do saúde pública sem violação das regras de patenteamento; avanço efetivo na liberalização agrícola; conclusão do desmantelamento do protecionismo que afeta produtos têxteis em mercados desenvolvidos; ajuste das regras que beneficiam as economias menos desenvolvidas por meio de tratamento “especial e diferenciado”. Mas o que se vê são novas iniciativas bastante controversas patrocinadas pelas economias desenvolvidas: comércio e meio ambiente, políticas de concorrência, regras sobre investimento, novas definições do foco de políticas agrícolas e outros temas que atropelam a consideração criteriosa do *backlog*.

Ao Executivo dos EUA parece faltar cabedal político interno para viabilizar o lançamento de uma iniciativa econômica que marque uma ruptura em relação ao passado recente. A maior abertura dos mercados norte-americanos exigiria a implosão dos equilíbrios gerados pela economia política da proteção. Isto não parece combinar com o atual *mood* da opinião pública nos EUA, bastante desconfiada com relação ao resto do mundo. A orquestração de uma nova era nas relações econômicas internacionais na área comercial requereria, além disto, a incitação eficaz das demais economias desenvolvidas para que acompanhassem os EUA rumo à liberalização. Não há indícios de que os *lobbies* protecionistas na União Européia e no Japão estejam dispostos a esta concessão.

Difícilmente os resultados de Doha serão espetaculares. O fracasso seria absolutamente funesto. Mas, quaisquer que sejam os resultados concretos certamente não terão implicações diretas nem mesmo no médio prazo. O lançamento de uma nova rodada de negociações multilaterais seria benéfico sob muitos pontos de vista. Contribuirá para sinalizar a volta a uma política de liderança ativa pró-liberalização por parte dos EUA e para a recuperação da credibilidade da OMC. Mais liberalização comercial multilateral traria benefícios líquidos aos integrantes do sistema multilateral.

Mesmo o melhor cenário em Doha, entretanto, será insuficiente para assegurar *momentum* à pretendida mudança de recurso na grande estratégia política dos EUA. Falta uma grande proposta que empolgue o mundo e abrande adequadamente as conseqüências políticas negativas do provável impasse militar no inverno afegão. A capacidade imaginativa em Washington deve tratar de compensar a inércia pré-setembro, talvez relembando outros momentos em que foi possível combinar o interesse nacional dos EUA com uma causa nobre para mobilizar a opinião pública. Talvez um plano Marshall redivivo, com enfoque na redução da miséria e da pobreza em escala global.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.